



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL  
Procuradoria-Geral da República

17868 - OBF - PGR

**Recurso Extraordinário com Agravo 753.004**

Relatora: Ministra Cármen Lúcia

Recorrente: Frederico Guilherme Pimentel

Recorrido: MPF

Recurso extraordinário com agravo. Acórdão do STJ em reclamação, fundada no art. 105, I, f, da CR. Competência do STJ para julgar ex-membro de Tribunal de Justiça, por ato de improbidade administrativa. Suposta violação dos artigos 105, LII, LIV e 105, I, a e f, da CR.

Existência de preliminar razoavelmente fundamentada sobre a repercussão geral do tema do recurso.

Os artigos 5º, LII e LIV, da CR não foram discutidos no acórdão recorrido, nem os embargos declaratórios requereram a expressa manifestação do STJ sobre esses temas: incidência das Súmula 282 e 356 do STF.

O recurso não demonstra a relação lógica entre o fundamento do acórdão recorrido e a alegada violação do art. 105, I, f, da CR, que trata da competência do STJ processar e julgar, originariamente “a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões”: aplicação da Súmula 284 do STF.

A discussão consistente em saber se a aposentadoria põe termo à prerrogativa de foro dos juízes aposentados dos Tribunais de Justiça não se relaciona ao art. 105, I, a, da CR, mas à interpretação do instituto da vitaliciedade, prevista no art. 95, I, da CR: aplicação da Súmula 284 do STF.

A tese do recurso contraria o acórdão do STF, proferido no RE 549.560, em sede de repercussão geral.

Parecer pelo não conhecimento do recurso extraordinário ou por seu desprovimento.

Trata-se de recurso extraordinário interposto contra acórdão do STJ, que julgou improcedente reclamação ajuizada com o objetivo de preservar sua suposta competência para julgar desembargador do TJES, pela prática de ato de improbidade administrativa.

## II

Em julho de 2009, o MPES ajuizou ação de improbidade administrativa contra Desembargador do TJES, que, após ser afastado liminarmente de suas funções, ajuizou reclamação no STJ, para impedir o processamento da demanda em primeira instância.

O STJ admitiu sua competência para processar a ação de improbidade administrativa contra os membros dos tribunais de justiça, na linha do entendimento adotado pelo STF na QO na Pet. 3.211. Noticiada, contudo, a aposentadoria compulsória do reclamante, em maio de 2010, julgou improcedente a reclamação, também com base em precedente do Pleno do STF. Confira-se a ementa do acórdão:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. DESEMBARGADOR APOSENTADO. INEXISTÊNCIA DE FORO PRIVILEGIADO.

1. O Superior Tribunal de Justiça tem se posicionado no sentido de que há foro privilegiado nas ações de improbidade administrativa. Precedente: Rcl 2.790/SC, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, Corte Especial, julgado em 2.12.2009, DJe 4.3.2010.

2. No caso de magistrados, o objetivo do foro por prerrogativa de função é resguardar a função pública, protegendo o julgador de interferências no desempenho de sua atividade. Trata-se, em última análise, de um privilégio instituído em benefício dos jurisdicionados, e não do agente que ocupa o cargo.

3. Assim, deve-se entender que, encerrada a função pública em decorrência da aposentadoria, não há mais razão para se manter o foro privilegiado. Este entendimento deve prevalecer ainda que o cargo seja vitalício, de modo que o foro, por prerrogativa de função, não se estende a magistrados aposentados. Precedente do STF: RE 549560/CE, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, 22.3.2012, acórdão pendente de publicação.

4. Portanto, em razão da aposentadoria do reclamante, que ocupou o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Espírito Santo, não há falar em foro por prerrogativa de função para o julgamento da ação de improbidade administrativa no Superior Tribunal de Justiça.

Reclamação improcedente.

O reclamante opôs embargos declaratórios para ver declarada a nulidade dos atos praticados pelo juízo de primeira instância entre o ajuizamento da ação de improbidade e o fato extintivo da prerrogativa de foro. O pleito foi assim rejeitado:

PROCESSUAL CIVIL. ALEGADA OMISSÃO NO ACÓRDÃO EMBARGADO. AUSÊNCIA DE VÍCIO NO JULGADO. INCONFORMAÇÃO COM A TESE ADOTADA PELA SEGUNDA TURMA. RECLAMAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL.

1. O embargante, inconformado, busca efeitos modificativos com a oposição destes embargos declaratórios, uma vez que pretende ver reexaminada e decidida a controvérsia de acordo com sua tese.

2. No caso dos autos, o objeto da reclamação foi apenas a usurpação de competência do Superior Tribunal de Justiça em razão da

ação de improbidade administrativa interposta contra o reclamante. Tal questão foi devidamente enfrentada, não se havendo falar em contradição, omissão ou obscuridade.

3. O que pretende o embargante é não apenas rediscutir a matéria, mas também trazer elementos novos relativos a eventuais nulidades processuais. Trata-se de pretensão que inaugura argumentos recursais, o que não é cabível em sede de embargos de declaração e escapa do objeto a ser apreciado em uma reclamação.

4. Eventuais nulidades processuais devem ser apreciadas no decorrer da instrução processual, com os meios e recursos próprios, e não em sede de reclamação, cujo objeto deve se limitar à usurpação de competência desta Corte Superior ou ofensa direta à decisão aqui proferida. Em suma, não é possível valer-se da reclamação como sucedâneo recursal. Precedentes: (AgRg na Rcl 10.379/RS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, julgado em 12/12/2012, DJe 14/12/2012), (AgRg na Rcl 7.769/SP, Rel. Min. Ari Pargendler, Primeira Seção, julgado em 28/11/2012, DJe 7/12/2012).

O recurso extraordinário, fundado no art. 102, III, a, da CR, não foi admitido, por ausência de preliminar de repercussão geral. Daí a interposição de agravo.

### III

Ao contrário do afirmado pelo Tribunal de origem, o recurso possui preliminar razoavelmente fundamentada de repercussão geral. Daí o equívoco da decisão agravada.

### IV

O recurso extraordinário discute negativa de vigência dos arts. 5º, LII e LIV; 105, I, a e f, da CR, com a adoção da tese de que a competência do STJ para processar e julgar membros dos Tribunais de Justiça

por ato de improbidade administrativa cessou com sua aposentação compulsória. Confira-se o trecho da fundamentação declinada:

Com efeito, trata-se de disposição expressa na Carta Magna, cuja interpretação se afigura remansosa na doutrina e na jurisprudência, dispensando maiores comentários a competência do colendo Superior Tribunal de Justiça para processar e julgar ação ajuizada contra Desembargadores dos Tribunais Estaduais e Distritais. [...].

Nesse passo, proposta a reclamação junto ao Superior Tribunal de Justiça, haveria de ser observado o princípio do devido processo legal e do juiz natural, por consectários lógicos e em respeito às normas processuais vigentes. Exatamente para impedir situações como as da espécie, dispõe o artigo 5º, inciso LIV, da Constituição Federal [...].

[...]

Afinal, como se revela pacífico e incontroverso, o aqui Recorrente ocupava o cargo de Desembargador do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo à época dos fatos e atualmente encontra-se aposentado como tal, e se encontra processado perante o primeiro grau de jurisdição daquela Unidade Federativa, em ação civil pública por ato de improbidade administrativa, abrindo ensanchas a que, por exemplo, magistrado hoje em atuação no próprio Supremo Tribunal Federal vejam seus atos questionados e julgados por instâncias inferiores, em manifesta inversão de papéis, apenas pelo fato de não mais se encontrarem na ativa.

No caso, e como revelam os autos, o recorrente, à época dos fatos viu-se liminarmente afastado da Presidência do Tribunal de Justiça por ato de um Juiz de Direito. E a demora na tramitação do feito consumou a impossibilidade de retorno às suas atividades de condutor mor da Justiça Estadual, hoje se discutindo apenas e somente se, pelas decisões tomadas e adotadas nessa qualidade e nessa condição de presidente de Tribunal se afiguram passíveis de análise e decisão por julgadores de primeiro grau de jurisdição.

O acórdão recorrido afastou sua competência do STJ para julgar a ação de improbidade contra o desembargador aposentado, sem nenhuma referência aos artigos 5º, LII e LIV, da CR, que não serviram de base nem mesmo ao precedente do STF, invocado como fundamento da decisão. Os embargos declaratórios tampouco cuidaram de requerer manifestação expressa do STJ sobre a incidência desses dispositivos na solução da causa, de modo a cumprir o requisito do prequestionamento. Logo, o conhecimento do recurso, em relação a esses dispositivos da Constituição esbarra no óbice das Súmula 282 e 356 do STF.

O recurso tampouco consegue demonstrar a relação lógica entre a tese adotada no acórdão recorrido de que a aposentadoria põe fim à prerrogativa de foro dos desembargadores e a alegada violação do art. 105, I, f, da Constituição, que trata da competência do STJ para processar e julgar, originariamente “a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões”. O fato de o STJ ter processado e julgado o mérito da reclamação não implica violação da regra de competência estabelecida no mencionado artigo. Ao contrário, demonstra seu cumprimento. Daí a incongruência da imputação, a impedir o conhecimento do recurso, também nesse ponto, nos termos da Súmula 284 do STF.

Por fim, malgrado o art. 105, I, a, da CR estabeleça a competência do STJ para julgar os membros dos tribunais de justiça apenas nos crimes de comuns e de responsabilidade, o acórdão recorrido, bem ou mal, entendeu ser essa competência extensível aos processos por improbidade administrativa, em analogia ao entendimento adotado pelo STF na Pet. 3.211. Não é essa obviamente a questão em debate no presente recurso.

O que está em causa nesse momento é saber se a aposentadoria do recorrente põe, ou não, termo a essa prerrogativa de foro. Mas, essa discussão não parece relacionada ao art. 105, I, a, da CR. Está, na verdade, relacionada à interpretação da vitaliciedade dos juízes, prevista no art. 95, I, da CR, como indica o acórdão do STF, proferido em sede de repercussão geral e adotado com fundamento do acórdão recorrido:

PENAL. RECURSO EXTRAORDINÁRIO. AÇÃO PENAL. FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO. DESEMBARGADOR DO ESTADO DO CEARÁ. EX-PRESIDENTE E EX-CORREGEDOR GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO. DESLOCAMENTO PARA O PRIMEIRO GRAU DE JURISDIÇÃO. SÚMULAS 394 E 451 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INAPLICABILIDADE. PROVIMENTO VITALÍCIO. GARANTIA CONFERIDA AOS SERVIDORES DA ATIVA PARA PERMANECEREM NO CARGO. RECURSO IMPROVIDO.

I – A vitaliciedade é garantia inerente ao exercício do cargo pelos magistrados e tem como objetivo prover a jurisdição de independência e imparcialidade.

II – Exercem a jurisdição, tão-somente, os magistrados na atividade, não se estendendo aos inativos o foro especial por prerrogativa de função.

III – A aposentadoria do magistrado, ainda que voluntária, transfere a competência para processamento e julgamento de eventual ilícito penal para o primeiro grau de jurisdição.

IV – Recurso extraordinário a que se nega provimento.

Ainda que nada disso bastasse, seria o caso de se ver ainda que a reclamação por usurpação de competência não parece ter sentido, quando cessado o suposto exercício irregular desse poder. Uma vez que o juízo recorrido detém hoje – ao meu ver, sempre teve – a compe-

tência para a demanda de improbidade, desapareceu a causa final da reclamação. Esse instrumento processual não parece prestar-se ao deslinde de questões relativas ao exercício pretérito de jurisdição, em suposta afronta da competência do STJ. Para tanto, servem as vias ordinárias.

A impertinência da invocação do art. 105, I, a, da CF, como fundamento de reforma do acórdão recorrido atrai novamente a incidência da Súmula 284 do STF.

De qualquer sorte, mesmo sob a ótica da vitaliciedade, com fundamento da alegada competência do STJ para processar e julgar desembargadores aposentados, a tese do recurso contraria o aludido precedente do STF.

## V

O Ministério Público Federal opina pelo não conhecimento do recurso extraordinário ou por seu desprovimento.

Brasília, 13 de outubro de 2015.

Odin Brandão Ferreira  
Subprocurador-Geral da República

sd